

CAPÍTULO 3

ABORDAGENS CONCEITUAIS SOBRE OS ESTUDOS DE PERCEPÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES EM PROL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

**Adelson da Costa Ribeiro
Tadeu João Ribeiro Baptista**

RESUMO

O estudo da Percepção Ambiental (PA) sempre se apresenta de forma múltipla, ao ponto de ser considerada sinônimo de representação, concepção ou consciência ambiental. Todavia, os termos parecem estar sempre em dissonância em relação à proposta de alguns estudos. O problema levantado neste texto é saber: o termo percepção ambiental consegue avaliar este fato/fenômeno com toda complexidade dos saberes ambientais da atualidade? Para a análise, realizou-se uma pesquisa teórica com características bibliográficas com a intenção de identificar as correntes que fundamentam, aproximam e distanciam estes termos. Os resultados demonstram diferenças importantes entre percepção, representação, concepção e consciência ambiental. Ao final, conclui-se que não se tem um único termo adequado, mas foi possível entender que existe um nivelamento entre os termos até a formação da consciência ambiental. Sendo esta, o estágio mais amplo, pois, permite identificar as múltiplas determinações sociais na relação do ser humano com o meio ambiente e do homem consigo mesmo. Através do estudo do nível de consciência ambiental de alunos, pode-se propor melhorias e tornar mais assertivas as estratégias da Educação Ambiental (EA) na formação de cidadãos mais ambientalmente sustentáveis e conscientes.

PALAVRAS-CHAVE: Percepção ambiental. Educação ambiental. Consciência ambiental.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano sempre tentou dominar a natureza, e isto praticamente se tornou possível com a intensificação do desenvolvimento das ciências, pois, através das descobertas científicas tornou realidade essa dominação. Plastino (2006) descreve que o principal objetivo das ciências foi: “[...] tornar possível o maior grau de controle e manipulação da natureza” (PLASTINO, 2006, p. 139-140).

Para Leff (2011) o aumento do controle ou domínio do homem sobre a natureza, aumenta o descontrole e a degradação ambiental que afeta a todos, alienando a todos, dominados ou não, quando afirma que: “Nessa civilização supercientificada e ‘hipertecnologizada’, tanto os que dominam como os que são dominados, se encontram alienados” (LEFF, 2011, p. 312), e esclarece que “[...] a incerteza, o risco e o descontrole aumentam proporcionalmente ao aumento dos efeitos de domínio da ciência sobre a natureza” (LEFF, 2011, p. 313). No contexto brasileiro atual, a relação entre ser humano e natureza está ainda mais complexa, sem que muitas pessoas percebam as influências da degradação sobre as suas vidas.

Desde o início do processo de industrialização, a degradação ambiental se torna uma consequência aceitável em vista do progresso atingido, o que também legitimou o desejo de melhorias de condições materiais e sociais da burguesia. Minayo e Miranda (2002, p. 17) descrevem que, desde então, o modo de produção capitalista vem se desenvolvendo e no século XX e XXI, é “[...] o modelo econômico que prevalece e se ancora na globalização, tendo total apoio do mercado financeiro e dos setores de tecnologia” (MINAYO; MIRANDA, 2002, p. 17), o que acirra ainda mais a degradação ambiental.

A degradação ambiental cada vez mais contundente evidencia a crítica inevitável de Leff (2011), para o qual essa sociedade teve grande desenvolvimento científico e tecnológico na história da humanidade, porém, a situação ambiental é o inverso do que se “esperava” da ciência na modernidade, pois, nunca houve tantas pessoas sem raízes e “[...] desligadas de suas culturas [...] nunca se teve tanta pobreza [...] tantos desempregos ou subempregos” (LEF, 2011, p. 312). Este aspecto demonstra o foco de um desenvolvimento tecnológico mais empenhado em atender ao mercado financeiro do que os problemas mundiais, como a fome e a derrubada das florestas.

Os eventos ambientalistas no mundo sempre tiveram posições contrárias às do mercado financeiro. E devido a situação da degradação ambiental crescente, a pressão dos ambientalistas provocou a realização da I Conferência Internacional do Meio Ambiente em Estocolmo (1972). Em 1973, a pesquisa da Percepção Ambiental (PA) é ressaltada pela UNESCO como ferramenta importante ao enfrentamento dos problemas ambientais e para a Educação Ambiental (EA).

Bassani (2001 *apud* CASTOLDI, 2009) aponta que quaisquer análises realizadas sobre possíveis soluções às questões ambientais devem considerar os comportamentos do indivíduo perante seu ambiente, ou seja, ressalta a importância de se captar as relações existentes e pertinentes homem/natureza. Assim, a verificação da Percepção Ambiental (PA) dos indivíduos se estabelece como uma ação importante para qualquer pesquisa, programa ou ação dentro de temática ambiental, inclusive para a EA.

De acordo com Fernandes *et al.* (2003), a pesquisa da PA é o ponto de partida para as soluções dos problemas ambientais em pauta na atualidade, pois, através dela se verifica as inter-relações das questões sociais, educacionais, culturais, econômicas, bem como as trabalhistas.

Na visão de Pacheco e Silva (2006), a “[...] percepção ambiental é uma representação científica e, como tal, tem sua utilidade definida pelos propósitos que embalam os projetos do

pesquisador” (SILVA, 2006 *apud* ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 46). Mas, além da compreensão da percepção, o termo “representação”, também tem suas próprias características científicas.

Ao se analisar diferentes trabalhos sobre PA, percebeu-se o uso comum do termo representação como equivalente. Outro termo recorrente, tratado como sinônimo, é a concepção ambiental e, até mesmo, a consciência ambiental. Todos esses termos são usados, algumas vezes como equivalentes, enquanto em outros momentos, são contidos ou diferenciados quando se remete à análise de percepção ambiental.

Mas a Percepção Ambiental, “[...] não é apenas uma questão de apontar quais representações parecem corresponder melhor à realidade, mas explicar as perspectivas científicas, políticas ou sociais transmitidas através do uso desse conceito” (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 46).

Talvez houvesse nessas perspectivas, uma inter-relação entre os termos, ou como se esses termos ao se apresentarem, houvesse a possibilidade do uso como sinônimos, ou ainda, diferenças que os afastem. Isto fez surgir a hipótese de que poderia haver entre os termos um que fosse conceitualmente e cientificamente mais apropriado para tratar as questões ambientais atuais, levando ao estudo semântico e histórico de cada palavra, com intuito principal de responder à questão: o termo percepção ambiental consegue avaliar este fato/fenômeno com toda complexidade dos saberes ambientais da atualidade?

Ao esclarecer a questão posta acima como objetivo primordial poderemos também, como consequência, fortalecer os estudos de PA dos educandos definindo os meios mais assertivos de promover a EA, transversal e dialogada, nas unidades escolares.

Para o presente estudo foi necessário realizar a discussão entre vários autores clássicos de áreas teóricas correlatas, devido à complexidade que se encontrava para a compreensão dos termos de modo mais claro. Entre estes estudiosos buscamos reflexões em filósofos como Merleau-Ponty para trazer o entendimento sobre percepção. A representação foi estudada a partir de representação social de Moscovici. Das citações de Roberto H. Pich sobre o fundador da teoria do senso comum, o escocês Tomas Reid, buscou-se entendimento sobre o entendimento de concepção. Para o estudo da consciência promoveu-se estudos em Hegel, além de seus compatriotas Marx e Engels.

Metodologicamente, trata-se de pesquisa descritiva, a qual é normalmente utilizada quando o estudo possui foco e o “[...] desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas [...], seus valores, [...] etc” (TRIVIÑOS, 1987, p.

110). Para isso, foi feito um estudo teórico de base bibliográfica a partir dos autores mencionados anteriormente. De acordo com Medeiros (2006, p. 54), a “[...] pesquisa bibliográfica busca dar resposta ao problema formulado, a partir da análise de produções de outros autores”.

Para se alcançar o objetivo primordial proposto, este texto está dividido em três partes interconexas. A primeira discute a constituição dos termos percepção, representação e concepção. No segundo momento, procura-se discutir de modo mais específico a consciência e, por fim, um debate sobre a adequação destes termos em diálogo com a EA.

2. O CAMINHO QUE VAI DA PERCEPÇÃO ATÉ A CONCEPÇÃO AMBIENTAL

A busca pela compreensão sobre a percepção ambiental revela que, historicamente, o seu conceito é melhor aceito entre as áreas de interesse, como a arquitetura e urbanismo e a geografia, pela compreensão abstraída da psicologia ambiental, por esta ter realizado pesquisas por longo período sobre o tema. No entanto, Marin (2008) indica que a filosofia é de similar importância na fundamentação da percepção, pois, foi “[...] a filosofia, com o aporte dos princípios fenomenológicos, que inclusive influenciaram direta ou indiretamente as demais áreas” (MARIN, 2008, p. 205).

Merleau-Ponty (2011, p. 74) ilustra a importância da “[...] percepção empírica ou segunda” em relação ao objeto pelo sujeito, do qual se pode abstrair, ainda que a percepção não seja uma operação intelectual ou do pensamento tão somente, como na visão filosófica clássica do sujeito cindido, mas uma interação através dos sentidos do corpo, em que percepções originais “[...] são dados como significações” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 75).

Deste modo, os objetos passam a ter valor, sentido e significado, através das sensações ou sentidos e dos movimentos do corpo, não sendo a percepção uma atividade mental apenas. De acordo com o filósofo francês, para os positivistas, a percepção é algo distinto dos sentidos, pois, “[...] o saber científico desloca a experiência e porque desaprendemos a ver, a ouvir e, em geral, a sentir” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 308), e a razão para isto é “[...] deduzir de nossa organização corporal e do mundo tal como concebe o físico aquilo que devemos ver, ouvir e sentir” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 308).

Merleau-Ponty (2011) explica que, a experiência perceptiva é uma experiência do corpo, pois, antes de haver reflexões mentais para ocorrer objetivação, o mundo é reconhecido por meios subjetivos do corpo, na corporeidade. Deste modo, no interior do sujeito, a percepção indica desde o fato de seu nascimento, “[...] *a contribuição perpétua de sua corporeidade, uma*

comunicação com o mundo mais velha que o pensamento. Eis por que eles obstruem a consciência e são opacos para a reflexão” (MERLEAU-PONTY, 2011, p. 342, grifo nosso).

Compreende-se então a percepção a partir de Merleau-Ponty (2011), quando afirma que os elementos responsáveis por essa experiência pertencem ao corpo, ou melhor, estão no corpo por meio dos movimentos e dos sentidos, os quais se manifestam na corporeidade, ou seja, as experiências de percepção ocorrem antes das reflexões dos pensamentos, dos seus poderes e da consciência.

Todavia, discutir o meio ambiente a partir da definição de percepção pode ser insuficiente, devido à multidisciplinaridade e complexidade das questões ambientais. Destarte, Reigota (1995) alerta que definições de temas ambientais, com enfoque restritivo ou contrário, podem recair no risco de se tornarem excessivamente generalistas e, que não existe uma definição que pacifique um consenso em torno dos conceitos e relações sobre o meio ambiente no meio científico. É por esta visão bastante difusa e variada que o autor “[...] considera a noção de meio ambiente como uma **representação social**” (REIGOTA, 1995, p. 87, grifo nosso).

A representação social é advinda da psicologia social e é interessante apresentar a sua importância para a coletividade, partindo primeiro da compreensão da vinculação entre a representação e as ideias. Neste caso, o psicólogo social romeno comenta primeiro que “[...] em outras palavras, a representação iguala toda imagem a uma idéia [*sic!*] e toda idéia [*sic!*] a uma imagem [...]” (MOSCOVICI, 2007, p. 46). Este autor ainda complementa posteriormente:

Do mesmo modo, nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem representações sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre pessoas que, então, passam a constituir uma categoria de fenômenos à parte (MOSCOVICI, 2007, p. 47-48).

Desde o surgimento das representações sociais de Moscovici (2007), se tentou desvendar o interior das representações coletivas Durkheimianas, pois, conforme o autor menciona acima, a coletividade não pode operar sobre as representações, pois estas se tornaram categorias à parte com interações e especificidades próprias. Estas características diferem as representações sociais das categorias mais abrangentes e complexas das representações coletivas (ciência, religião, mito, entre outros), ainda que, após serem criadas, elas adquiram uma vida própria, afastem-se e se reaproximem dando “[...] oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2007, p. 40).

A inter-relação de *ideia e imagem* para as representações fica evidenciada, bem como o entendimento de que se precisa de conhecimento prévio do objeto para se obter representações,

pois: “As representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (MOSCOVICI, 2007, p. 46, grifo do autor). Disto se deduz que as representações estão pouco além das percepções, pois, necessitam do saber prévio, de conhecimento, mas, em última análise, esses fenômenos – percepção e representação – estão relacionados.

Pela perspectiva da EA, a crise ambiental da atualidade está na segregação entre a natureza e a sociedade/homem posta pela racionalidade positivista, fundada na racionalidade instrumental. E para mudar esse cenário é necessária a discussão mais aprofundada e crítica a fim de promover a formação de um sujeito histórico e exegeta, capaz de mudar a sua concepção de meio ambiente atual, para uma perspectiva crítica e ir além de uma leitura simplista ao superar uma “[...] leitura biologizante e reducionista, em busca de entender as complexas inter-relações e conflitos de interesses que envolvem a sociedade e [a] natureza” (FONSECA; OLIVEIRA, 2011, p. 236-237).

É evidente a dificuldade de se ter definições lógicas para estas operações ou fenômenos do estudo, por esta razão buscou-se em Reid (2002 *apud* PICH, 2010) o entendimento sobre a concepção. O autor, positivista do século XVIII, ainda não compreende a percepção como atividade do corpo, para ele a concepção, ou o ato de

[...] “conceber” é uma operação da mente, um modo de pensar específico do qual se está ou se pode estar consciente. Porque é uma operação da mente, “concepção” é uma ação, e essa só pode provir de algo que é “vivo” e “ativo”. “Concepção” supõe um “poder no ente que [a] opera” sobre (REID 2002, p. 20-22 *apud* PICH, 2010, p. 145, grifo do autor).

Fica evidente que para apreender a concepção do ponto de vista de Reid, deve-se afastar momentaneamente dos princípios fenomenológicos vistos pela percepção em Merleau-Ponty (2011). Neste cenário de cisão corpo/mente, Reid (2002 *apud* PICH, 2010) indica que o fato de a concepção ser uma operação do pensamento entende que toda experiência mental deverá passar sobre a ação dos outros poderes da mente.

Tais poderes participam e ajudam a ampliar a operação mental denominada concepção, como o juízo, a reflexão, a memória, entre outros, faculdades essas que ocorrem de modo independente, acarretando em concepções distintas, ou seja, os poderes da mente operam distintamente no intuito de ajudar a concepção “[...] a se tornar mais detalhada ou clara e distinta no que diz respeito ao todo complexo que é um objeto concebido quando da percepção original” (REID, 2002, p. 97, *apud* PICH, 2010, p. 149).

No tocante ao grau de clareza que cada sujeito concebe de um objeto apreendido, pode-se assimilar do trecho a seguir que a maior ou menor capacidade do sujeito em conceber é significativamente inerente e subjetiva de cada indivíduo, o que irá também depender das experiências ou vivências similares referente ao objeto já vivenciadas pelo sujeito.

Sem dúvida, que o grau de clareza e distinção de noções ou concepções pode depender ainda de outro fator, a saber, a maior ou menor complexidade do objeto apreendido, que é ao menos em parte relacionada com a maior ou menor capacidade de concepção do sujeito. Pode haver de um mesmo objeto uma noção obtida por intermédio dos sentidos externos, mais simples e indiferenciada, como também uma mais “científica”, que um ser humano experiente é capaz de realizar. Esse ser humano já atentou alguma vez – ou algumas vezes – para os atributos do objeto (ou de objetos semelhantes), as suas partes, as relações entre as partes e as relações das partes com o todo (REID, 2002, p. 96-97, *apud* PICH, 2010, p. 148).

Infere-se da citação acima, que objeto apreendido poderia ser um objeto percebido, uma percepção original, ainda guardado o ponto de vista positivista de cisão corpo/mente. As relações entre objetos por semelhança, também recai por similaridade nas representações por imagem ou ideias prévias do objeto. Ou seja, a concepção guarda relações tanto com a percepção quanto com a representação mesmo que ocorram de modo distintos, no sujeito cindido, o que difere nos princípios fenomenológicos. Tendo entre si um aprofundamento das operações ou nivelamento quanto ao objeto apreendido pelo sujeito, que deve ocorrer de forma inerente a cada indivíduo.

Para melhor compreensão de percepção, representação e concepção, denotou-se a necessidade de também realizar, do mesmo modo, um estudo sobre consciência. Deste modo, a formação da consciência ou da consciência ambiental será o assunto a ser discutido a seguir, sem o interesse, obviamente, de esgotar esta temática tão densa.

3. DIÁLOGOS PARA SE CONSTITUIR A CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

A necessidade de estudar a consciência ocorre devido ao fato de que, na história da filosofia, a busca incansável pela verdade como foco primordial, passa pelo estudo da formação da consciência humana a qual jamais teve ou terá conclusão.

Essa vem a ser a crítica à filosofia kantiana por parte de Hegel (2003), o qual menciona que “[...] nos modos precedentes da certeza, o verdadeiro é para a consciência algo outro que ela mesma” (HEGEL, 2003, p. 135). O autor alemão assim evidencia que a verdade ou o verdadeiro é a própria consciência ou espírito de uma determinada época (histórica), já que a verdade ou realidade que não era mais absoluta e sim dinâmica, dava-se de uma forma dialética.

Conclui-se também de Hegel (2003) que no processo de formação da consciência humana, já que esta não nasce pronta, há mutações entre as gerações (história) e vai se

desenvolvendo, mesmo em um indivíduo ao longo do tempo, enquanto dá significado no que se tem no entorno do ser humano. Destarte, a consciência é, portanto, uma das formas de se buscar a verdade continuamente diante da sua realidade dinâmica.

No tocante ao desenvolvimento da consciência em relação às ocorrências das experiências e na relação com o objeto, para Hegel (2003), a consciência em si é a verdade, portanto a consciência também é um ser-outro, ou seja, “[...] a consciência distingue, mas distingue algo tal que para ela é ao mesmo tempo um não-diferente” (HEGEL, 2003, p. 135). Desse modo, para este pensador, o desenvolvimento da consciência se dá a partir de nossas experiências, e essas ocorrem nas seguintes formas: (1) na relação com o outro (objeto) ou (2) outros seres humanos, que faz reconhecer a si mesmo, num contraste com o outro do qual se diferencia levando à construção de uma subjetividade.

Hegel (2003) menciona ainda que a experiência existe na relação com o outro, mas não sendo o outro um outro ser humano, mas a natureza como os animais, os minerais, os vegetais, enfim de tudo que se difere por ser não humano na natureza. Ainda se tem outra forma de experiência importante que é (3) a relação com os símbolos; o significado desses pode apresentar pesos variados, o que irá depender do grau de significância que tem aquele símbolo para o indivíduo, variando com a experiência pessoal. Além das experiências, há necessidade de se realizar a reflexão sobre as mesmas, que precisam ser pensadas para que ocorra aprendizado com elas, pois, de fato, “[...] a consciência-de-si é a reflexão, a partir do ser do mundo sensível e percebido” (HEGEL, 2003, p. 136).

Sobre a consciência de si, um conceito importante, “[...] a consciência-de-si diferencia de si como *essente* não tem apenas, enquanto é posto como *essente*, o modo da certeza sensível e da percepção” (HEGEL, 2003, p. 137, grifo do autor), e logo explica “[...] mas é também Ser refletido sobre si; o objeto do desejo imediato é um ser *vivo*” (HEGEL, 2003, p. 137, grifo do autor). Infere-se deste autor que quanto mais se faz reflexões e interpretações sobre as experiências, mais se aprofunda nos estágios da consciência e se evolui na sua formação, ou seja, quanto mais experiências, mais reflexões, mais pensamentos, mais consciência do mundo e, por consequência, da verdade.

Deste modo, Hegel (2003) aponta os estágios da consciência, e o primeiro estágio é o da certeza sensível, o qual é um estágio fácil de ser alcançado pela maioria dos seres humanos, tendo o indivíduo a consciência-de-si ou autoconsciência. O segundo estágio vem da percepção do que está ao redor, é através da consciência que o objeto ganha significado, tudo ganha

sentido, pois, o objeto por si só não tem valor ou significado em si, mas, depende do ser humano para que este valor ou significado se desenvolva.

Deduz-se do autor, o terceiro e último estágio que é do espírito absoluto, construído através da consciência profunda após reflexões intensificadas das experiências, a qual poucos indivíduos chegam neste estágio e quando conseguem atingi-lo, fortalecem o seu espírito. Ele indica que através desse aspecto, os indivíduos vêm a perceber que podem transformar o mundo a seu redor, e “[...] a consciência tem primeiro na consciência-de-si, como no conceito de espírito, seu ponto de inflexão” (HEGEL, 2003, p. 142) e continua explicando que a partir deste ponto a consciência “[...] se afasta da aparência colorida do aquém sensível, e da noite vazia do além supra-sensível [*sic!*], para entrar no dia espiritual da presença” (HEGEL, 2003, p. 142).

A consciência é o que dá significado às coisas do mundo, sendo a consciência o próprio espírito – mundo sensível, e este é o foco da ideologia hegeliana da qual Marx e Engels (1998) de forma crítica invertem a posição da questão idealista, em que indicam: “E, se, em toda a ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmera escura” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Marx e Engels (1998) dão ênfase à realidade, fundamento da existência humana na construção da consciência ao invés das discussões no mundo sensível das ideias como fazia Hegel, vislumbrando a necessidade de reestruturação das categorias do idealismo hegeliano para uma que trate da materialidade concreta do homem e das suas relações. Fica evidente que esta realidade materializada, inverso do idealismo, é também uma construção histórica, fenômeno decorrente de um “[...] processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico” (MARX; ENGELS, 1998, p. 19).

Considera-se que as relações sociais são precárias no começo e, após o desenvolvimento (histórico) da consciência, o homem percebe que vive em sociedade, logo, corrobora com o fato de a consciência já ser tida como um produto social, e é, portanto, “[...] a mera consciência do meio sensível *mais imediato* e consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo que se torna consciente” (MARX; ENGELS, 2007, p. 35, grifo dos autores).

Infere-se de Marx e Engels (2007), que mesmo no princípio, sem o desenvolvimento histórico da consciência humana, através de relações entre indivíduos e a natureza que o envolvia, a consciência já era um produto social. No entanto, a consciência por si só não explica

as contradições em uma sociedade, devido ao próprio dinamismo de mudanças no contexto histórico da consciência humana, o que originaria diversas consciências diferentes, podendo haver contradições entre a consciência “pura” e a nova consciência.

Para Marx e Engels (2007), o trabalho, expresso pela divisão social do trabalho, que é a especialização do trabalho, passa a ser a categoria que melhor demonstra as contradições existentes e possíveis nas relações do homem com a natureza e com ele mesmo.

Com a *divisão do trabalho* está dada a possibilidade, e até a realidade, de que as atividades espiritual e material [*sic!*] – de que a fruição e o trabalho, a produção e o consumo – caibam a indivíduos diferentes, e a possibilidade de que esses momentos não entrem em contradição, reside somente em que a divisão do trabalho seja novamente supracumida (MARX; ENGELS, 2007, p. 36, grifo dos autores).

Para esses autores, o desenvolvimento da consciência humana se dá em bases materiais das condições para a produção da vida, dentro de uma perspectiva materialista dialética em um processo histórico, ou seja, as condições materiais de vida são modificadas dentro de um processo histórico, tendo como consequência novas consciências, pois “[...] não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Assim, no modo de produção capitalista, a divisão do trabalho se alia à propriedade privada, em uma influência recíproca com o trabalho alienado e a interconexão com a acumulação de capital são as bases do sistema que gera a alienação. A alienação, pode ser entendida, como consciência alienada ou estranhamento, em que ela não seja mais a identificação do indivíduo com a universalidade do ser que se encontra perdido, “[...] mas como liberação das forças produtivas que, sob a forma alienada da propriedade privada, desenvolveram-se como forças humanas universais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 549).

O trabalho dividido se torna tão fraturado quanto a consciência do trabalhador, que se torna também fragmentada, em que o produto de trabalho do trabalhador não é mais reconhecido por seu elaborador, já que este produto se torna propriedade de outro – o burguês que compra a força de trabalho –, conforme explica Marx (2013):

[...] o direito de propriedade apareceu diante de nós como trabalho. No mínimo esse suposto tinha de ser admitido, porquanto apenas possuidores de mercadorias com quais direitos se confrontavam uns com os outros, mas o meio de apropriação da mercadoria alheia era apenas a alienação [Veräußerung] de sua mercadoria própria, e esta só se podia produzir mediante o trabalho. Agora, ao contrário, a propriedade aparece do lado do capitalista, como direito a apropriar-se de trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto (MARX, 2013, p. 521).

No idealismo hegeliano a alienação, num segundo momento, é “[...] o abandono de si mesmo pelo indivíduo e sua identificação com a substância universal pela aquisição de cultura” (MARX; ENGELS, 2007, p. 548). A alienação surge quando o outro se apropria da atividade produtiva e do produto do trabalhador, ela pode ir além quando o outro (capitalista) toma posse até mesmo da vontade do trabalhador, tendo assim um controle total sobre suas consciências, no intuito de impedi-los de criarem novas consciências ou de tomar consciência de si mesmo, autoconsciência como sujeito histórico que tudo produz, de seu meio de vida e do reconhecimento de sua própria produção.

Desse modo, evidencia-se a grande influência ou poder da classe dominante exercida sobre a classe trabalhadora para determinar a consciência e modos de vida desses. Isso é de extrema importância para os interesses da burguesia, tendo como premissa principal o desenvolvimento econômico e criação de mais valia.

Pela mesma razão, o crescimento econômico não pode sensatamente ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 29).

É da mesma maneira e com a mesma intenção de influenciar as classes subalternas que o pensamento das classes dominantes é posto para atuar também sobre as demandas ambientais, limitando ou impedindo a liberdade de formação ou construção de uma consciência ambiental sobre esses assuntos pelos indivíduos, a fim de que as pessoas não tenham meios de formar suas consciências de modo autônomo. Isto fomentaria a criação de cidadãos conscientes e ambientalmente sustentáveis que viriam proteger e modificar o mundo de modo concreto para um mundo melhor no contexto socioambiental.

Deste modo, ao fim e ao cabo, faz-se necessário buscar as relações entre todos os termos, até o presente momento neste estudo, para a compreensão da formação até se obter a consciência, com intuito de auxiliar na realização de seus objetivos como ferramenta útil na formação humana.

4. SOBRE O ENTENDIMENTO DA PERCEPÇÃO, REPRESENTAÇÃO, CONCEPÇÃO E DA CONSCIÊNCIA: EM BUSCA DO TERMO ADEQUADO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O interesse na investigação da percepção e nos possíveis “sinônimos” utilizados pelas áreas afins, era inicialmente buscar o melhor emprego dos termos na presente pesquisa ou

destacar um que talvez fosse mais adequada à realidade, dada a complexidade do contexto ambiental na atualidade. Ainda que se notem relações que aproximam os termos, ao invés do uso como sinônimo, ficou evidente a existência de detalhes que os diferem, como exemplo, o entendimento da percepção como uma operação corporal, pois, trata de uma experiência da qual não se prescinde dos órgãos sensoriais do corpo, porquanto, a alma/mente sozinha não possibilita a percepção. Para Merleau-Ponty, é pelo corpo que se dialoga com o mundo, ou seja, com o meio ambiente, a natureza, embora, para este filósofo, o mundo compreende animais, vegetais, minerais, assim como, os outros seres humanos.

Embora Reid (2002 *apud* PICH, 2010) considere que as causas da percepção ocorram internamente na mente, não sendo um efeito das sensações do corpo ou impressões do objeto percebido, esta ideia vai de encontro à definição da percepção enquanto uma atividade corporal, ou seja, esta – a percepção – manifesta-se na corporeidade, conforme analisa Merleau-Ponty (2011), enquanto aquela – a concepção – seja uma expressão dada nos poderes mentais, sem que o corpo (ou a corporeidade) sejam a manifestação mais ampla deste processo.

Este estudo considerou que a linha Merleau-Pontyana é mais adequada para o entendimento da percepção, ou seja, a percepção é uma experiência que pertence ao corpo, não sendo apenas uma experiência mental, ou melhor, uma experiência vivida no próprio corpo. Ressalta-se também que, a PA vinha sendo o termo mais comumente utilizado na EA, bem como, pelos profissionais e técnicos de área afins, por ser originário da psicologia ambiental e da filosofia, principalmente da fenomenologia, sendo então reorganizado para as outras áreas de acordo com seus interesses. Assim, justifica-se o entendimento da percepção ambiental, nesta pesquisa, na relação originária da percepção encontrada na filosofia de Merleau-Ponty (2011).

O que se destaca do estudo sobre a representação, é que ela pode ser realizada através da significação das imagens ou ideias, necessitando das interações das sensações e dos movimentos do corpo, como a visão que ativa todo o sistema nervoso central e periférico. Possibilita assim, uma representação imediata apenas por intuições sensíveis, representação do próprio objeto, apesar de a representação requerer um conhecimento anterior daquilo com o qual se está entrando em contato.

Por conseguinte, os agentes ou poderes da mente que venham a contribuir sobre a representação imediata, como o juízo ou um pensamento espontâneo, podem mediar o

conhecimento de uma representação, da representação de um objeto para a formação das imagens, ou seja, uma representação de algo conhecido anteriormente.

Mas, apreende-se que esta mediação dos poderes da mente, para formação da imagem de uma representação, não é uma ação de interrelações aprofundadas do uso das atividades mentais, diferenciando-se assim do uso destas funções para formação das concepções e de consciência, na qual estas atividades são enraizadas.

Compreende-se por representação de meio ambiente, neste artigo, como um fenômeno das representações sociais em Moscovici (2007). Esta proposição dentro do estudo é devido à multidisciplinaridade dos aspectos do meio ambiente e do seu dinamismo. E dentre os conceitos de representação, entende-se que a representação social é o fenômeno que melhor abarca esta complexidade da dinâmica ambiental, pois consegue acompanhá-la formando uma nova representação social de um senso individual, o qual interfere e restaura a representação coletiva, bem como, das noções de meio ambiente.

Quanto à concepção, é compreendida como uma operação estritamente mental. Embora tendo contribuição da percepção, entendida como uma atividade do corpo, a concepção primária ou simples e possibilita a percepção de um objeto concebido sem influência de outros poderes da mente como reflexão, memória, juízo e outros. Estes agentes possibilitam a amplificação da operação mental de conceber, tornando mais complexa e mais clara que a concepção simples.

O grau de clareza do conhecimento concebido difere para cada sujeito, ou seja, a clareza será subjetiva, pois, leva consigo a capacidade e as vivências semelhantes do objeto, inerentes a cada ser humano. O estudo ainda traz a concepção ambiental à luz de teorias críticas como modo de propiciar a formação de cidadãos com consciência sustentável, com o intuito de que se compreendam melhor os conflitos e as relações intrínsecas entre homem e natureza.

Aprofundando-se nas interrelações entre os termos estudados, principalmente para o entendimento de consciência, tem-se o exemplo da relação desta, a consciência, com a percepção ambiental, de maneira que para Faggionato (2002), a percepção ambiental pode “[...] ser definida como sendo uma tomada de **consciência** das problemáticas ligadas ao ambiente” (FAGGIONATO, 2002, p. 1, grifo nosso).

Para Marx e Engels (2007), as representações e as ideias surgem do homem real, concreto e atuante na produção e nas relações das forças produtivas que delas correspondem, mediante ao fato de que “[...] a **consciência** nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real” (MARX; ENGELS, 2007, p. 19, grifo nosso).

Relativo às relações de representações e consciência, as representações sociais, criam novas representações e restauram as representações coletivas incluindo as representações sociais ambientais, uma vez que, “[...] as **representações**, por outro lado, restauram a **consciência** coletiva e lhe dão forma, explicando os objetos e acontecimentos de tal modo que eles se tornam acessíveis a qualquer um e coincidem com nossos interesses imediatos” (MOSCOVICI, 2007, p. 52, grifo nosso).

Na interrelação da consciência com a concepção, denota-se que ao conceber um objeto, os elementos ou ingredientes familiares de algum outro poder da mente ou também “[...] as partes e os atributos das coisas respectivas – para **conceber** ‘obrigação moral’, ‘certo’ e ‘errado’, é preciso ter **consciência** (moral)” (PICH, 2010, p. 159, grifo nosso). Mas para a realização de concepções tidas como secundárias, ou melhor, “[...] **conceber qualidades secundárias** como ‘cor’ e ‘som’, é preciso, dada a constituição humana, fazer uso dos sentidos” (PICH, 2010, p. 159, grifo nosso).

Deste modo, ficam evidenciadas os nexos da consciência com os outros termos do presente estudo, mas que também existem diferenças, as quais sugerem o emprego mais adequado, não mais como sinônimos como vinha sendo utilizado nos estudos de avaliação ambiental de percepção dos “sujeitos”.

Para tanto, se propõem que os “termos” devem aparecer no decorrer do trabalho de avaliação de “percepção ambiental”, analisando-se o seu emprego mais adequado aos resultados da pesquisa de modo hierárquico. De maneira sucinta, e tomando por exemplo, em alguma resposta em que o inquirido da pesquisa demonstre ter uma vivência ou juízo sobre o assunto da questão, demonstrando certo grau de reflexão realizada sobre a questão inquerida, o que nos leva para uma *concepção*. Para uma situação em que apenas for demonstrada uma ideia ou imagem da questão, além de sensações relativas ao objeto, o entendimento adequado seria *representação*.

No caso de respostas observadas em uma pesquisa a respeito da PA, os participantes denotariam apreensão do objeto sem atividade mental ou de seus poderes, mas sim, como uma atividade ou experiência do corpo ocorrida através da corporeidade, a melhor aplicação para compreender esta situação seria a *percepção*. Todos os fenômenos têm guardados uma relação com a *consciência*, no entanto, se tem na ideia de formação da *consciência ambiental* dos indivíduos, não como aspecto final de elucidação dos mistérios da consciência como aponta Damásio (2000), mas ao ponto que se aproxime dos objetivos mais importantes na avaliação

dos saberes ambientais dos possíveis participantes de uma pesquisa, por exemplo, na área da EA.

De modo que, os potenciais participantes de pesquisa sobre o tema (PA), possam apresentar aspectos mais próximos da lógica da formação da consciência ambiental. Todavia, há que se considerar os aspectos mais adequados, aquele termo mais próximo da realidade dos inqueridos, que pode vir a surgir no decorrer das análises dos resultados da investigação, podendo haver variações de um “termo” para outro diante das questões postas aos participantes, pois poderá haver níveis e situações de saberes ambientais diversos num mesmo indivíduo ou grupo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto apresentou a discussão entre diversos autores, tais como Merleau-Ponty, Reid, Moscovici, Hegel, Marx e Engels, porém, pelo prisma da análise que se realiza no presente estudo, denota-se que, havendo aumento dos saberes e conhecimento ambiental, os participantes de uma pesquisa de avaliação podem fazer mais conexões e chegar ao nível da *consciência ambiental*, haja vista que, o conhecimento por si só, não geraria a consciência, sendo necessárias as afinidades em relação às diferentes dimensões humanas, como as mentais e as corporais, espirituais, numa complexidade de intervenções não cindidas, as quais estão na corporalidade de cada ser. Ademais, compreende-se que o alcance da consciência, passa pela capacidade de cada pessoa identificar as determinações sociais fundamentais que se apresentam em relação ao meio ambiente, face às suas complexidades, assim como, as formas específicas de organização social da produção.

Este enredamento demanda a compreensão das múltiplas injunções que caracterizam os problemas ambientais, como o uso da água e dos outros recursos naturais, podendo incluir na análise a capacidade de compreender este contexto ambiental dentro do capitalismo, como um modo de produção perverso, com alta capacidade de exaurir todas os recursos naturais do planeta, aliado as influências da indústria cultural sobre os saberes de cada indivíduo, como um campo avançado de formação de opinião das pessoas sobre cada tema social.

É evidente, a existência e possibilidades de uma diversidade de visões, de formas de agir e de se envolver com o meio ambiente dos indivíduos. Brandalise *et al.* (2009) enfatizam que pessoas distintas podem “[...] ‘perceber’ a mesma situação de modos diferentes” (*apud* ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 46, grifo nosso).

Diante disto, mesmo com os inúmeros estudos e trabalhos sobre a Percepção Ambiental, tratam o termo *percepção* como consolidado, este estudo demonstra que ele tem pouco efeito para o que se pretende obter na avaliação dos potenciais participantes de uma pesquisa ambiental, por não conseguir apresentar explicitamente, a partir de seu significado, a complexidade da realidade vivenciada pelos indivíduos e de suas interrelações com as questões ambientais, uma vez que, por meio da PA, não se compreende as múltiplas determinações a respeito do meio ambiente, ainda mais, face ao ambiente educacional inserido no modo de produção capitalista no qual o indivíduo está posto, cujas as forças críticas e inovadoras são “[...] corroídas por um pragmatismo dominante que busca converter o propósito educativo para o pragmatismo de mercado” (ALMEIDA *et al.*, 2017, p. 45).

Sugere-se para tanto, sendo esta a contribuição primordial deste estudo, a verificação do Nível de Consciência Ambiental dos participantes, fazendo uma diferenciação dos níveis de compreensão e comportamento socioambiental, pois, no decorrer do artigo, ficou evidente a existência de vários conhecimentos de outras áreas que se correlacionam com o meio ambiente. Assim, se poderá identificar nas pesquisas a serem realizadas no vínculo com a EA, as fragilidades e pontos concretos da formação da cultura ambiental dos inqueridos.

Será possível fazer as correlações necessárias ao saber ambiental, pois, na psicologia e sociologia ambiental existem elementos suficientes e necessários para isto, os quais serão exemplificados numa aplicação prática da presente sugestão de avaliação, a qual propôs-se à diferenciação entre os termos percepção, representação e concepção apresentadas neste artigo. Todas estas relações abrangeram aspectos e diferenças para construção ou formação de consciência ambiental, havendo, para tanto, o desenvolvimento de níveis de apreensão da questão ambiental e, de certa forma, uma hierarquização.

No entanto, a proposta de verificação do Nível de Consciência Ambiental não está pronta e acabada, pois, serão necessários outros estudos e aprofundamentos e a análise da aplicação prática deve ser aprofundada para a melhoria da proposta de avaliar os participantes de pesquisas futuras. O aprofundamento dos estudos a respeito do Nível de Consciência Ambiental, podem trazer luz e auxílio para a melhor promoção da conscientização dos indivíduos, dentro do processo de formação da cultura ambiental.

Este seria o objetivo primordial de formação transformadora da Educação Ambiental, de modo que, estando consciente das questões que envolvem o meio ambiente, o indivíduo seja capaz de compreender as adversidades e as determinações sociais e históricas que o modo de

produção capitalista promove contra a natureza e o próprio ser humano, pois, diria Marx (2010), o ser humano é parte da natureza. O intuito disto tudo é que não seja necessário chegar ao absurdo da aniquilação da natureza, pois esta, será certamente, o próprio extermínio humano e da vida na Terra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; SCATENA, L. M.; LUZ, M. S. da. Percepção ambiental e políticas públicas – dicotomia e desafios no desenvolvimento da cultura de sustentabilidade. São Carlos: UFSCAR. **Revista Ambiente e Sociedade**, v. XX, n.1, p. 43-64. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/zR8MNWrqJYS6tVdQSn4Fz8L/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: Out. 2016.

CASTOLDI, R.; BERNARDI, R.; POLINARSKI, C. A. Percepção dos Problemas Ambientais por Alunos do Ensino Médio. São Carlos: UFSCAR. **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Sociedade**, v.1, n.1, p. 56-80. 2009. Disponível em: <https://www.revistabrasileiradects.ufscar.br/index.php/cts/article/view/47>. Acessado em: Jan. 2017.

DAMÁSIO, A. **O mistério da consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si**. Tradução Laura Teixeira Motta, revisão técnica Luiz Henrique Martins Castro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. 2002. Disponível em: <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acessado em: Out. 2016.

FERNANDES, R. S. *et al.* **Uso da Percepção Ambiental como Instrumento de Gestão em Aplicações Ligadas às Áreas Educacional, Social e Ambiental**. 2003. Disponível em: <http://www.redeceas.esalq.usp.br/noticias/Percepcao_Ambiental.pdf>. Acessado em: Mai. 2015.

FONSECA, F. S. R. da; OLIVEIRA, L. G. Concepções de meio ambiente dos educadores ambientais do Zoológico de Goiânia: Implicações nas atividades e contribuições para formação do sujeito ecológico? **Educar em revista**, n. 41, p. 231-246. Curitiba: UFPR. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/20843>. Acessado em: Feb. 2018.

HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Tradução de Paulo Menezes com colaboração de Karl-Heing Efken e Jorge Nogueira Machado. 7. ed. rev. Pretrópolis: Vozes, 2003.

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Revista Olhar do professor**. Ponta Grossa: UEPG, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3515/2519>. Acessado em: Mar. 2023.

MARIN, A. A. Pesquisa em Educação Ambiental e Percepção Ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**. Paraná: UFPR. v. 3. n. 1 p. 203-222. 2008. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/pesquisa/article/view/6163/4519>>. Acessado em: Feb. 2018.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. 4. Reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I o processo de produção de capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo.pdf>. Acessado em: Jan. 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <<http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>>. Acessado em: Jan. 2017.

MEDEIROS, M. **Metodologia da pesquisa na iniciação científica**. Goiânia: E.V., 2006.

MINAYO, M. C. de S.; MIRANDA, A. C. de (Orgs.). **Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Tradução Pedrinho A. Guareschi. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PLASTINO, C. A. Freud e Winnicott: a psicanálise e a percepção da natureza – da dominação à integração. In: CARVALHO, I. C. M. de *et al.* (Org.). **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental**. p. 139-155. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2006.

PICH, R. H. Thomas Reid sobre concepção, percepção e relação mente-mundo exterior. **Revista Eletrônica Veritas**. Porto Alegre: PUCRS. v. 55, n. 2, p. 144-175, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/10238/7377>. Acessado em: Fev. 2023.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. Série: Questões da nossa época, 41. São Paulo: Cortez, 1995.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta. Revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.